



AUDITECE

Associação dos Auditores
e Fiscais da Receita
Estadual do Ceará



Federação Brasileira de
Associações de Fiscais
de Tributos Estaduais

Fortaleza, 02 de maio de 2017.

Exmo. Prefeito,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, as diretorias do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual do Ceará – AUDITECE SINDICAL e da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual do Ceará – AUDITECE vêm buscar o apoio político desta Prefeitura para defender Previdência Social do Brasil.

No final do ano passado, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a PEC 287 com a justificativa de que é preciso reformar porque há um déficit nas contas da Previdência e se nada for feito o sistema irá falir. O governo diz também que a população está vivendo mais, o período de aposentadoria tem sido maior e isso seria a “causa do rombo”. Ambos os argumentos são falaciosos. A Constituição Federal de 1988 concebeu o direito à Previdência como parte integrante do Sistema de Seguridade Social que comporta a assistência social, saúde e previdência, sustentado por uma cesta de receitas como consta do art.195 da CF. O modelo tripartite, igual à maioria dos países do mundo, ou seja, todos pagam, os empregados, empregadores e o governo.

Mas o governo não põe a sua parte nesta conta. As fontes de financiamento da Seguridade vêm sendo apropriadas pela área econômica e aplicadas em outras despesas. O déficit anunciado é a parcela do governo não contabilizada no orçamento da Seguridade e desviada, como o caso da Desvinculação das Receitas da União — DRU que, em 2016, teve a alíquota majorada de 20% para 30%, ou seja, são 30% dos recursos da Seguridade Social transferidos para pagamento de juros da dívida. Se faltasse recurso, não haveria nada que desvincular.

Os dados oficiais extraídos da contabilidade do governo federal indicam uma sobra de recursos de 72,7 bilhões de reais em 2005; 53,9 bilhões em 2010; 76,1 bilhões em 2011; 82,8 bilhões em 2012; 76,4 bilhões em 2013; 55,7 bilhões em 2014; e 11,7 bilhões em 2015. Estes sucessivos superávits deveriam fomentar reformas para melhorar a assistência à saúde e ampliar os direitos dos trabalhadores.

Outra falácia é o envelhecimento da população. “Viver mais” não pode ser um problema para o governo como demonstra a propaganda bilionária veiculada em todos os jornais do país. Dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) analisados



AUDITECE

Associação dos Auditores
e Fiscais da Receita
Estadual do Ceará

Filiada à



Federação Brasileira de
Associações de Fiscais
de Tributos Estaduais

pala Profa. Dra. Denise Gentil mostram que o Brasil vive atualmente o “bônus demográfico”, ou seja, a população ativa é maior que a inativa e assim será até 2060.

Em 2020, o Brasil estará com a maior massa de trabalhadores aptos para o mercado de trabalho. Isso deveria configurar um momento de grande crescimento e prosperidade para todos os brasileiros, com uma grande massa de trabalhadores gerando riqueza. Neste cenário, o governo deveria buscar medidas de incremento da economia, geração de empregos para ocupar a grande massa de trabalhadores, riqueza que geraria mais impostos, que resultaria em mais e melhores serviços públicos. Em vez disso, está “lamentando” que a “população vive mais porque tem mais saúde”, como se vê na propaganda oficial. Inacreditável!

Outro aspecto importante é a dimensão social da Previdência Pública. De acordo com o IBGE, em 88% dos municípios brasileiros a soma da receita de aposentadorias, pensões e benefícios da assistência social é maior que a receita do FPM — Fundo de Participação dos Municípios, o que significa que essas cidades têm suas economias sustentadas pela Previdência. Por outro lado, 86% dos idosos tem proteção previdenciária, mas sem a Previdência Social, mais de 70% desse público estaria na indigência.

Senhor Prefeito, sabemos que são os municípios que elegem deputados federais e são eles que irão votar a PEC 287/16. Então, vamos nos unir, vamos impedir o retrocesso. Esta reforma é para excluir, constitui a tragédia anunciada, pois sabemos que a falta de proteção social que virá com a aprovação desta PEC 287 resultará em muita miséria. Então, qual é o país que queremos? Estamos certos que não é país que esta PEC esta projetando. Pedimos que façam contato com o Dep. Federal eleito na sua cidade e peça que vote NÃO à PEC 2872016.

Atenciosamente,

Ubiratan Machado

Diretor Executivo da AUDITECE SINDICAL

Juracy Soares

Diretor Executivo da AUDITECE